

André Ferreira de Castilho

Créditos de logística reversa de embalagens

regulação no Brasil
e no Reino Unido

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Prefácio	XXI
Apresentação.....	XXV
Introdução	1
1 Responsabilidade alargada do produtor e a logística reversa.....	7
1.1 Responsabilidade alargada do produtor: a origem europeia	7
1.2 A Política Nacional de Resíduos Sólidos e a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos no Brasil.....	14
1.3 Formas de estruturação de sistemas de logística reversa de embalagens	22
1.3.1 Sistemas individuais de logística reversa	22
1.3.2 Sistemas coletivos de logística reversa.....	24
1.3.2.1 A implementação via entidades gestoras e o caso alemão.....	27
1.3.2.2 A implementação via instrumentos econômicos baseados no mercado e o caso britânico	31
1.3.2.3 O caso brasileiro: a implementação do Acordo Setorial de Embalagens em Geral de 2015	39
2 O sistema britânico: as Packaging Recovery Notes (PRN).....	45
2.1 A internalização da diretiva europeia sobre embalagens no Reino Unido	46
2.2 A primeira fase de implementação das Regulações de 1997	49
2.3 A criação das Packaging Recovery Notes pelo mercado.....	56
2.4 As primeiras críticas e alterações nas Regulações de 1997.....	59
2.5 A primeira grande reforma: as Regulações de 2007.....	65
2.6 Novos rumos na logística reversa europeia: a transição para a economia circular e as alterações nas regulações britânicas de 2024.....	73
2.7 Resumo e evolução do sistema britânico	87
3 O sistema brasileiro: os certificados de logística reversa.....	91
3.1 A criação dos certificados de logística reversa pelo setor privado	92
3.1.1 O sistema do Instituto BVRio	94
3.1.2 O Sistema Fiesp e a eureciclo	96

3.1.3 Os regulamentos estaduais: os casos de São Paulo e de Mato Grosso do Sul.....	100
3.1.4 Desafios dos CLR antes da regulação brasileira.....	105
3.1.4.1 Rastreabilidade	105
3.1.4.2 Compensação por tipo de material.....	108
3.1.4.3 Estruturação da cadeia da reciclagem.....	109
3.1.4.4 A aquisição de CLR pelos diferentes atores obrigados do setor privado.....	111
3.1.4.5 Adicionalidade.....	112
3.2 A regulação brasileira: os Decretos Federais nº 11.044/2022 e nº 11.413/2023.....	114
3.2.1 Definição dos CLR e seus objetivos	116
3.2.2 Os documentos de lastro: como são emitidos os CLR?	120
3.2.3 Os atores envolvidos	125
3.2.3.1 O setor privado: quem pode comprar CLR?	125
3.2.3.2 Entidades gestoras: quem pode emitir CLR?	126
3.2.3.3 Operadores: quais atividades de gerenciamento lastreiam o CLR?	132
3.2.3.4 Verificador de resultados	135
3.3 Análise crítica: a regulação dos CLR no Brasil	147
4 Comparação entre os sistemas britânico e brasileiro de implementação da logística reversa de embalagens por meio de CLR.....	161
4.1 Contexto de criação dos CLR.....	162
4.2 Definição e natureza jurídica dos CLR.....	164
4.3. Escopo das embalagens e documentos de lastro dos CLR.....	166
4.4 Atores envolvidos nos sistemas de CLR	170
4.4.1 Quem são os compradores de CLR?	170
4.4.2 O papel das entidades gestoras nos sistemas de CLR	172
4.4.3 O papel dos operadores nos sistemas de CLR.....	173
4.5 Monitoramento do sistema	176
4.6 O cumprimento da logística reversa de embalagens por meio de CLR: objetivos, limitações e resultados	179
Considerações finais.....	195
Apêndice	201
Referências bibliográficas	203